
O próprio Jesus Cristo soube compreender as prostitutas que encontrou, ajudando-as a se libertar

Bispos, agentes de pastoral, a toda Igreja e comunidade em geral, para que abram espaços a fim de apoiar e dinamizar a pastoral que representamos, onde ela já existe, e criar núcleos onde ela ainda não está implantada.

Sabemos que a prostituição está aumentando assustadoramente em toda parte, tendo como causa principal o sistema capitalista em que vivemos, injusto, imoral, anti-evangélico, gerador de misérias, desemprego, violências e exploração da MULHER.

Sabemos que o próprio Jesus Cristo soube compreender as prostitutas que encontrou, ajudando-as a se libertar. Hoje, muitas delas querem deixar a vida que levam, mas precisam do apoio e compreensão de um grupo que chamamos EQUIPE DE PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA (PMM).

Contamos com seu apoio!
Além dos colaboradores(as) acima citados, a PMM de Lages conta com uma equipe de execução composta de senhoras casadas, jovens, noviços, postulantes, seminaristas, padres e Irmãs. Porém, o campo de trabalho é imenso! Muito mais gente cabe nesta pastoral. Certamente, em inúmeras cidades empobrecidas desta terra catarinense, encontramos muitas irmãs nossas prostituídas. Arrisque-se você também, por causa do Evangelho, a ingressar nesta caminhada de libertação da mulher pobre.

Nosso carinho e abraço,

Dona Luci — esposa e mãe
Bernardete — postulante das
Irmãs Catequistas Franciscanas
Nilton — Noviço Redentorista
Pe. Lúrio Pezzini — Padre Redentorista.
Irmã Olímpia Gaio — IFAP.

Endereço Equipe:
A/c Secretariado Diocesano da
Pastoral
Caixa postal 20
88500 — LAGES — SC

ATUAÇÃO PASTORAL NO POSTO INDÍGENA “DUQUE DE CAXIAS”

Irmãs Catequistas Franciscanas

Introdução:

Os povos Indígenas aqui viviam desde milhares de anos, quando os portugueses e espanhóis chegaram em 1500. Eram eles os senhores da terra, dos campos, das matas, vivendo não como donos impiedosos da natureza, mas como seus filhos, recebendo dela tudo que necessitavam. Apesar deste direito natural de possuírem a terra onde viviam, os povos indígenas tiveram seus territórios invadidos e, somente em 1934, o Governo reconheceu na Constituição Federal esse direito. Na nova Constituição (1988) os povos indígenas, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outras organizações, conquistaram seus direitos originários sobre as terras que ocupam e sua demarcação, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes; os índios também podem ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses e são reconhecidos em sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Mas os fatos têm comprovado que nem tudo o que é lei está garantido neste país, e a história dos índios no Brasil é de muita violência, roubo, opressão e morte. “Somente neste século ‘civilizado’, desapareceram mais de 60 povos indígenas do mapa etnográfico do Brasil”⁽¹⁾

Na linha da opção preferencial pelos pobres, assumida por toda a Igreja da América Latina, nós, Irmãs Catequistas Franciscanas, sentimos forte o desafio da evangelização

Sentimos forte o desafio da evangelização junto aos povos indígenas

junto aos povos indígenas do chamado Posto Indígena “Duque de Caxias”. Diante da realidade gritante que se nos apresentava, iniciamos nossa atuação junto a eles.

1. A REALIDADE

a) *Localização do Posto Indígena (P.I.) “Duque de Caxias”*.
O P.I. “Duque de Caxias” localiza-se em SC, no atual município de José Boiteux, antigo distrito de Ibirama. O Posto foi fundado em 1914 com a decantada pacificação dos Xokleng, por Eduardo Hoerhan. Para esta “pacificação” foi trazido do Paraná um grupo de Kaingang que posteriormente permaneceriam na área.

A Reserva Indígena foi criada pelo Governo catarinense em 1926, sendo demarcada uma área de 14.156,58 ha, somente no ano de 1956. A área abrange um vale cortado pelo rio Hercílio, e este vale será em grande parte (800 ha) inundado quando da conclusão da barragem Norte,

que está sendo construída antes de começarem as terras indígenas. Vale dizer que esta área foi, em 1976, dividida em "frentes" e que cada representante dos povos Xoklengs e Kaingangs têm direito às mesmas. Há uma parcela de terra que pertence à comunidade.

O posto representa um grande patrimônio florestal, o que sempre causou grande cobiça aos madeireiros da região. "Durante a década de 60 se procedeu a uma intensa exploração de madeira, com uso da própria mão-de-obra indígena. Com a construção da barragem, esta exploração aumenta." (2)

b) População

Segundo levantamento feito pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1985, vivem no posto 1.172 pessoas, entre Xokleng, Kaingang, Guarani, Cafuzos, Mestiços e Brancos.

●XOKLENG

São 168 famílias somando um total de 806 pessoas incluindo os Kaingangs, mestiços e brancos. O termo "Xokreng" ou "Xokleng" significa taipa de pedra. São também conhecidos como "Botocudos", nome que decorre do uso do enfeite labial — tembetá — pelos adultos do sexo masculino (a partir do contato, em 1914, este costume se extingue). Constituíam um povo seminômade, vivendo basicamente da caça e da coleta. Tornam-se agricultores e são estimulados a explorarem os recursos florestais como o palmito e mais tarde a madeira. (3)

Ainda na fase do contato foram trazidas algumas famílias de índios Kaingangs pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), hoje FUNAI. Estes serviriam como intérpretes, pois sua língua tinha certa semelhança.

Vivem em duas aldeias: a do posto ou "Sede" e Bugio.

●CAFUZOS

Na década de 40, são trazidos para a área um grupo de "cafuzos", negros com antecedentes indígenas, que ensinam aos índios as técnicas rudimentares do sistema agrícola. Provêm do Planalto Norte Catarinense de onde foram expulsos pela Guerra do Contestado. Habitam a região do rio Platê, vivendo num estado de extrema pobreza e subordinando-se aos índios locais. O fato de serem os Xoklengs os donos das terras lhes confere autoridade para, na relação com os cafuzos, serem opressores.

Os cafuzos se organizam como comunidade própria adotando certos costumes indígenas, como é o caso de terem seu cacique e conselheiros. Diante da grande discriminação a que estão submetidos, lutam para serem reassentados em outra área.

●GUARANI

A partir do início da década de 50 as primeiras famílias de índios guaranis fixam-se no Posto, às margens esquerdas dos rios do Toldo e Hercílio. Em 1985 somavam um total de 45 famílias, vivendo em duas aldeias — Itoupava e Tateto. Muitos deles emigraram depois para outras aldeias guarani em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Hoje são apenas 19 famílias morando no posto. Também formam uma comunidade própria, com seu cacique e conselheiros. Fazem roças (aipim, batata, milho, banana, feijão...) e artesanatos para serem vendidos na região. O lugar é de difícil acesso, o que dificulta o escoamento da produção e torna-se motivo de constantes queixas.

Diferente dos Xoklengs e Kaingang, os Guarani conservam muitos de seus costumes tribais — a língua, alimentação, moradia, manifestações religiosas, etc.

Além destes grupos há os mestiços e brancos que penetram entre os índios, na maioria das vezes com interesses sobre a posse de suas terras e madeira, casando-se com índios e vice-versa.

c) CONJUNTURA ATUAL

●TERRA

Como já dissemos, a área é cobiçada por madeireiros da região — era considerada a maior reserva de sassafrás do Brasil — além de outras madeiras de qualidade como canela, cedro e peroba. Conforme denúncia feita no "Jornal da Tarde" (SP), em 01 de março de 1989, em apenas 12 anos, quase 13 mil ha da mata nativa foram desmatados. A madeira, explorada e vendida ilegalmente, está praticamente acabando na reserva. Segundo estimativas feitas pela Associação Catarinense de Proteção ao Meio Ambiente (CAPREMA), que em 1988 entrou com ação na Justiça, responsabilizando a FUNAI pelo desmatamento, restam apenas 10% da floresta que existia na área, em 1975. Não há fiscalização do IBDF e nem reflorestamento. Os Xoklengs fazem poucas roças, mas os guaranis e cafuzos, como não vendem madeira por não terem a posse definitiva da terra, plantam os próprios produtos para sua subsistência. Também têm a permissão de retirar palmito da mata e vendê-lo. Percebem-se conflitos entre Xoklengs, Guarani e Cafuzos em relação à posse da terra, sua distribuição, retirada de madeira e roças. A FUNAI muitas vezes é conivente com os madeireiros, participando dos lucros. Além do problema da madeira, os índios sofrem hoje as conseqüências de uma barragem de contenção das cheias, situada na área, e que inundará grande parte de suas terras mais férteis. Ainda há problemas quanto à questão das indenizações.

●ECOLOGIA

o patrimônio indígena está dilapidado. Como já dissemos, a ação de madeireiros da região, em conivência com a FUNAI e lideranças interesseiras, tem tornado cada vez mais dramática a situação do posto. O desmatamento indiscriminado e sem fiscalização, a falta de reflorestamento, a construção da barragem, entre outros, são os grandes problemas neste campo.

●EDUCAÇÃO

Há no posto três escolas. Os professores são contratados pela FUNAI e Estado e geralmente vêm de outras cidades. As condições de ensino são precárias: falta material didático (são usados materiais como em qualquer outra escola estadual, sem sequer levar em conta sua língua, costumes e tradições diferentes). A merenda também é escassa.

●RELIGIÃO

Nas duas aldeias Xokleng há duas igrejas da Assembléia de Deus no Brasil, cuja influência é forte, chegando a criar divisões entre eles. Também se faz presente a IECLB — Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, por seus pastores que periodicamente visitam as aldeias. Em 1988 foi construída uma igreja católica próxima a algumas famílias de Kaingangs e mestiços. Em grande parte é freqüentada pelos cafuzos, por mestiços, brancos e alguns índios. O atendimento é feito pelo pároco de Vitor Meirelles e por nós. Muitos deles costumam freqüentar as igrejas nas localidades próximas, nas ocasiões de missa. Há outros que não manifestam pertencer a nenhuma dessas religiões. Os Guarani conservam suas rezas e rituais próprios. Em julho deste ano teve entrada no posto a Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido, com sede em Curitiba. Sabe-se que foi trazida por interesses políticos.

●SAÚDE

as condições de saúde dos índios no quadro geral são boas. O atendimento porém, é precário. Há em cada aldeia Xokleng uma enfermaria com remédios, o que não é suficiente para atender suas necessidades. Quando acontecem casos de doenças, muitos procuram atendimento nos municípios

vizinhos (Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Ibirama e outros). Há uma "Equipe Volante de Saúde" da FUNAI que visita anualmente a área. É formada por um médico, enfermeiro, dentista, laboratorista, farmacêutico e antropólogo. Segundo o médico desta equipe, os índios não têm doenças mais graves. Os casos constatados são de ancilostomose e pneumonia (sobretudo em crianças) devido aos maus hábitos alimentares e falta de higiene (água contaminada). Ultimamente teria sido constatado um caso de AIDS num índio xokleng que casou-se com uma branca. Porém, ainda não há justificativa certa e os índios o negam terminantemente. Quem atende aos índios e cafuzos nas aldeias são funcionários da FUNAI, e outras vezes índios (as) treinados para isso. Para os Guaranis a situação ainda é mais precária, pois, como formam um grupo à parte, estão mais isolados, desprovidos de farmácias e/ou qualquer atendimento.

Da mesma forma os Cafuzos: são discriminados no que se refere a recebimento de remédios, consultas médicas e outros atendimentos

●AÇÃO DO ESTADO

A ação do Estado através da FUNAI, IBDF e outros órgãos é de desinteresse e morosidade em atender aos problemas cruciais dos índios. Constata-se a cooptação de lideranças por políticos locais. Por outro lado, alguns Xoklengs inter-vêm junto ao Governador do Estado para reivindicar a assistência mínima que lhes fora prometida em campanha política. Aí muitos projetos foram apresentados em troca de voto, porém até hoje nenhum deles foi realizado.

Alguns índios também enviaram denúncias ao Jornal da região comprovando que muitos dos projetos prometidos pelo então chefe de posto, Luis Bavaresco, a serem realizados na comunidade, não aconteceram.

Os muitos exemplos da história, em que a Igreja junto aos povos indígenas fez seguir a cruz à espada

2. A PROPOSTA DA IGREJA

"Quem não sabe os muitos exemplos da história, em que a Igreja junto aos povos indígenas fez seguir a cruz à espada, que significou sujeição ou morte; que seu etnocentrismo religioso e cultural era pouco evangélico; que nas suas Missões, às vezes, pratica mais o paternalismo do que incentiva a autodeterminação?"⁽⁴⁾

Hoje a Igreja é chamada a levar a Boa Notícia aos P.I. em contraposição à Má Notícia que sempre receberam. O Evangelho Libertador, que a Igreja anuncia, parte da crua realidade em que o índio se encontra, de sua vida, de sua história, dos desafios à sua própria sobrevivência. Este anúncio deve despertar uma resposta livre e consciente, deve reconhecer os direitos dos P.I. de serem autores de sua própria história.⁽⁵⁾

Bem nos diz D. Luciano Mendes: "A causa indígena é um desafio para toda a Igreja e a sociedade nacional. É o desafio da experiência pascal e da doação de amor até as últimas conseqüências. É o desafio que rasga a cortina

da morte, pela certeza de vida e Ressurreição. É o desafio da conversão. Só na conversão sincera e na solidariedade recuperaremos, face aos P.I., a fraternidade perdida".

Deus continua presente e atua no coração de cada cultura (cf. Puebla 221), e é nestas culturas que se manifesta a Semente do Verbo e presença do Cristo pobre e crucificado, que nos permite uma visão cristã e humana do ser destas comunidades. Este "Cristo pobre e Crucificado quer sair à luz, crescer, ressuscitar, e com sua ressurreição fazer ressuscitar, também, estas comunidades desprezadas e oprimidas".⁽⁶⁾

A Igreja deve assumir sua missão evangelizadora de fazer Jesus presente no meio das comunidades indígenas com uma evangelização integral, que respeite sua identidade cultural e colabore para que alcancem a plenitude da vida. "Toda a América deve considerar-se AMERÍNDIA; deve reaprender os valores básicos das culturas indígenas: a ecologia espontânea, a comunitariedade, a perene vivência religioso-cultural, o antilucro e o anticonsumismo do indígena ainda livre."⁽⁷⁾

. *O Compromisso:* Atenta ao clamor dos Povos Indígenas por sua autodeterminação, a Igreja se faz presença e caminha com eles na conquista e garantia de seus direitos. Por isso realiza, de 08 a 13 de agosto de 1989, em Goiânia, a VIII Assembléia Nacional do CIMI. Diante dos desafios da conjuntura atual e do marco histórico da celebração dos 500 anos de evangelização nas Américas, a Igreja quer celebrar, agradecer a autocrítica que os índios lhe fazem, quer trazer presente o passado dos P. I. e unir esforços numa luta continental pela causa.

Concretamente, todos os membros da Assembléia, contando com a valiosa contribuição dos representantes indígenas, assumem como prioridades e linhas de ação: 1. Apoio à organização dos P. I. em todos os níveis; 2. Conquista e garantia da terra; 3. Alianças da causa indígena; 4. Aprofundamento da dimensão Continental da causa indígena; 5. Evangelização: autocrítica, inculturada, libertadora; 6. Formação de Missionários.

. A Palavra dos ÍNDIOS

"A situação indígena hoje, não é um jogo de futebol onde há torcida e jogador. É preciso que todos participem na luta." (Manuel Moura — Índio da nação Tukano).

O missionário tem que ter espírito de sacrifício e não de poder

"Toda a Igreja deve se inserir na causa indígena. Que os missionários que vão às aldeias já fossem preparados, já se despedissem dos pais, da família, pois o risco é grande. O missionário tem que ter espírito de sacrifício e não de poder". (Índio Tikuna)

"Terra, mata, água — esse é o nosso banco — é nossa subsistência, vida. Não queremos o dinheiro dos grandes projetos, queremos terra!" (Índio Tukano)

"A terra não é nossa, nós é que somos terra, por isso quem destrói a terra, destrói os filhos da terra. A Terra é como um corpo humano" (Índio Sateré-maué).

3. NOSSA ATUAÇÃO

Estes gritos pela sobrevivência e pela vida ferem-nos profundamente, ressoam em nós como um forte apelo a um compromisso concreto, na busca da "vida em abundância" (Jo 10,10) para todo o povo que sofre, particularmente para os Povos Indígenas.

Diante deste desafio nos propusemos a apoiar a causa e entrar na luta. Desde 1986 viemos desenvolvendo um trabalho no Posto Indígena Duque de Caxias, porém, bastante limitado devido a trabalhos pastorais na paróquia. Desde o início a coordenação do CIMI — Regional Sul, com sede em Xanxerê, SC, se dispôs a nos acompanhar e assessorar. Formamos uma Equipe Ecumênica de Trabalho, composta por nós, Irmãs Catequistas Franciscanas e um pastor da IECLB de Ibirama. Fizemos encontros periódicos para avaliar o trabalho, partilhar experiências, buscar soluções conjuntas para os problemas existentes.

Nossa atuação se fortalece e amplia a partir de 1989, quando, em conjunto com a diocese de Rio do Sul, o CIMI e nossa congregação, caminha-se para a liberação de uma pessoa (Ir. Beatriz Catarina Maestri) para desenvolver este trabalho em tempo integral. Assim continuamos também com a Equipe Ecumênica de trabalho agora composta por nós: Irmãs Beatriz e Maria Isabel Deretti (semiliberada) e pastora Cledes (IECLB), de Ibirama. Juntas programamos nosso trabalho, planejando em conjunto as atividades, refletindo e avaliando nossas práticas, estudando e aprofundando temas da causa indígena, também com assessoria antropológica.

Temos como objetivo: "Contribuir para a organização e articulação dos povos Xoklengs, Guaranis, Kaingang e Cafuzos, através de uma presença efetiva e permanente, visando o resgate de sua cultura e identidade, o desenvolvimento da consciência de seus valores e a consciência crítica diante da sociedade".

Fazemo-nos presentes na área, semanalmente, visitando as famílias, mantendo contatos com os diversos grupos, dialogando sobre sua cultura, incentivando a memória histórica e a preservação da natureza. Fazemos levantamento de dados, pesquisas, entrevistas, encontros para discussão e reflexão, convivência para conhecimento de sua história, língua, usos e costumes. Visitamos também as escolas para contato com os alunos e professores.

Junto aos cafuzos buscamos maior organização da Comunidade através de encontros para elaboração de um estatuto próprio, incentivo e apoio na luta pela terra. A seu pedido iniciamos um trabalho de alfabetização com um grupo de adultos. Para isso buscamos articulação com a Pastoral da Terra (CPT) da diocese, Pastoral do Negro e Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí (CDDHAVI), com sede em Rio do Sul.

Grande contribuição tem nos dado o CIMI-Sul, acompanhando-nos constantemente no que diz respeito à formação, informações, atividades na P. I. e outros aspectos.

Queremos atuar prioritariamente nos campos de: saú-

de, educação, terra, história e economia. Buscamos, junto à sociedade envolvente, um trabalho de conscientização e sensibilização, através da escola e paróquias.

Percebemos grandes conflitos: cooptação de lideranças por madeireiros, políticos locais e FUNAI; estratificação social; falta de consciência crítica; patrimônio indígena devastado; divisões internas; violência e depauperação da comunidade.

É preciso organizar a esperança, dizer que acreditamos na Vida Plena, sobretudo para os povos indígenas

Sentimo-nos limitadas diante desta cruel realidade, porém, nossa vontade em querer transformá-la nos faz caminhar com fé. Temos bem presente as palavras de D. Erwin Krautler, a nós, na Assembléia do CIMI: "é preciso organizar a esperança, dizer que acreditamos na Vida Plena, sobretudo para os povos indígenas." É esta esperança que alimenta nosso trabalho. Professamos nossa fé no futuro dos P. I., certas de que eles representam uma grande esperança para toda Igreja e humanidade. Comprometemo-nos a trabalhar com amor e ardor.

Conscientes de nosso compromisso, convocamos a todos para que se juntem a nós nesta luta, somando forças, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, sinal do Reino definitivo.

BIBLIOGRAFIA

- (1) SUESS, Paulo. "Cálice e Cuia — Crônicas de Pastoral e Política Indigenista". Editora Vozes, Petrópolis, em co-edição com CIMI, 1985, p. 216.
- (2) MÜLLER, Sálvio, em "Opressão e Depredação" — Edição FURB — Blumenau.
- (3) SANTOS, Sívio Coelho, em *Índios e Brancos no Sul do Brasil*.
- (4) SUESS, Paulo. "Cálice e Cuia — Crônicas de Pastoral e Política Indigenista". Ed. Vozes, 1985, p.
- (5) CIMI — "Cadernos de Animação Missionária", n.º 3 — Maranathá, p. 4
- (6) CNBB, CIMI — "Para uma Evangelização a Partir Dos Povos Indígenas" — Documento de BOGOTÁ, Brasília, 1986, p. 11 e 12.
- (7) CASALDÁLIGA, D. Pedro, "Na Busca Do Reino", p. 72

Endereço das autoras:
Estrada Geral, n.º 76
89145 José Boiteux, SC